

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e diretores da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receitas

Veja as Notas 3.3 e 15 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar suas usinas geradoras de energia eólica, sendo o fornecimento da energia gerada comercializado por meio de contratos de Leilão de Energia Nova (LEN), firmados com as distribuidoras de energia, pela modalidade de disponibilidade. Tais contratos, estabelecem limites para exposições positivas ou negativas de geração de energia em relação a receita fixa, com aplicação de bônus ou penalidades, conforme regras do mecanismo estabelecidas em contrato. A receita da Companhia advém substancialmente desses contratos de fornecimento de energia elétrica.

Toda geração de energia gerada acima ou abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos, são reconhecidos no mês de competência, e esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais.

As variações da geração da energia e consequentemente o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.

Em função do exposto acima, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco das receitas não serem registradas no momento do cumprimento da obrigação de performance, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Recálculo da receita contratual de fornecimento de energia através da valorização dos montantes de Mwh de Energia contratual prometido e o preço contratual atualizado.
- Recálculo da parcela variável de ressarcimento por montantes superiores ou inferiores de energia gerada em relação ao total contratual prometido, para avaliar se a receita fixa foi ajustada adequadamente pelos montantes efetivamente gerados;
- Avaliação da integridade das informações utilizadas no cálculo, através de verificação dos contratos firmados entre as partes;
- Avaliação das principais premissas e dados utilizados no cálculo da estimativa do valor mais provável de ressarcimento;
- Avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Samuel Viero Ricken

Contador CRC SC-030412/O-1

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.754	18.559	Fornecedores a pagar	8	1.105	1.043
Depósitos vinculados	5	3.511	1.789	Arrendamentos a pagar	9	347	305
Contas a receber	6	8.003	8.909	Empréstimos e financiamentos	10	17.995	17.303
Impostos a recuperar		397	354	Debêntures	10	9.440	8.787
Despesas antecipadas		214	194	Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	1.037	1.026
Outros ativos		203	391	Encargos tributários e trabalhistas	11	668	657
				Ressarcimento geração reduzida		-	422
				Outras contas a pagar		-	66
Total do ativo circulante		33.082	30.196	Total do passivo circulante		30.592	29.609
Depósitos vinculados	5	12.591	11.596	Arrendamentos a pagar	9	7.617	7.624
Imobilizado	7	455.838	473.694	Empréstimos e financiamentos	10	145.569	156.279
Intangível		8	11	Debêntures	10	46.990	53.211
				Ressarcimento geração reduzida	12	19.249	16.069
Total do ativo não circulante		468.437	485.301	Provisão para desmobilização	13	2.108	3.352
				Total do passivo não circulante		221.533	236.535
Total do ativo		501.519	515.497				
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		319.131	319.131
				Prejuízos acumulados		(69.737)	(69.778)
				Total do patrimônio líquido		249.394	249.353
				Total do passivo e patrimônio líquido		501.519	515.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	15	64.747	57.577
Custo de geração de energia	16	<u>(38.023)</u>	<u>(38.573)</u>
Lucro bruto		26.724	19.004
Despesas gerais e administrativas	17	(1.646)	(1.200)
Outras receitas	18	<u>1.319</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		26.397	17.804
Receitas financeiras		3.319	2.702
Despesas financeiras		<u>(25.934)</u>	<u>(26.841)</u>
Resultado financeiro	19	(22.615)	(24.139)
Resultado antes dos impostos		3.782	(6.335)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	(3.741)	(2.721)
Lucro ou prejuízo do exercício		<u>41</u>	<u>(9.056)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro ou Prejuízo do exercício	41	(9.056)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>41</u>	<u>(9.056)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>319.131</u>	<u>(60.722)</u>	<u>258.409</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(9.056)</u>	<u>(9.056)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>319.131</u>	<u>(69.778)</u>	<u>249.353</u>
Lucro do exercício	<u>-</u>	<u>41</u>	<u>41</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>319.131</u>	<u>(69.737)</u>	<u>249.394</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		3.782	(6.335)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	16 e 17	16.545	18.133
Amortização direito de uso de arrendamentos	16	513	487
Despesa financeira com direito de uso de arrendamentos	9	703	677
Rendimento de aplicação financeira de depósitos vinculados	6	(1.514)	(1.662)
Juros provisionados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10	21.416	22.480
Amortização dos custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	10	403	403
Ressarcimento por geração reduzida	18	2.758	6.180
Baixa de imobilizado	7	-	560
		<u>44.606</u>	<u>40.922</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		906	(982)
Despesas antecipadas		(20)	(31)
Impostos a recuperar		(43)	(23)
Outros ativos		188	(214)
Fornecedores a pagar		62	(8)
Obrigações tributárias e trabalhistas		11	(25)
Outras contas a pagar		(66)	(278)
		<u>45.644</u>	<u>39.361</u>
Caixa gerado(consumido) pelas atividades operacionais		<u>45.644</u>	<u>39.361</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(3.730)	(2.612)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10	(13.075)	(13.821)
Pagamento de juros de debêntures	10	(5.985)	(2.022)
		<u>22.854</u>	<u>20.906</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>22.854</u>	<u>20.906</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Depósito vinculado	6	(1.203)	2.064
Aquisição de imobilizado	7	(106)	(582)
		<u>(1.309)</u>	<u>1.482</u>
Fluxo de caixa (consumido) gerado pelas atividades de investimento		<u>(1.309)</u>	<u>1.482</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamentos	9	(1.005)	(957)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(11.490)	(10.560)
Pagamento de debêntures - principal	10	(6.855)	(1.907)
		<u>(19.350)</u>	<u>(13.424)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(19.350)</u>	<u>(13.424)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>2.195</u></u>	<u><u>8.963</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		18.559	9.596
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>20.754</u>	<u>18.559</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>2.195</u></u>	<u><u>8.963</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A (“BVS 2” ou “Companhia”), com sede na cidade de Curitiba/PR, foi constituída em 7 de março de 2014 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil e tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente as Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos da Serra Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente dessas e quaisquer outros direitos relacionados, ligados diretamente às Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7.

As Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, propriedades da Companhia, venderam 35,3 MW médios de energia no 18º Leilão de Energia Nova, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 10/2013.

A Nexus Investimentos, Participações e Locações e a Servtec Investimentos e Participações são as acionistas da Companhia, com participações no capital social de 69,62% e 30,38%, respectivamente.

A Gestão de capital da Companhia consiste na salvaguarda de sua capacidade de continuidade operacional (Ver nota 22).

Operação comercial

As autorizações para operação comercial foram concedidas de forma gradativa pela ANEEL, conforme os aerogeradores atendiam os padrões regulatórios necessários de geração em teste.

Central Geradora Eólica	Despacho ANEEL	Data de publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	1492	06/07/2018
Bons Ventos Cacimbas 3	1034	09/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 4	1099	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 5	1100	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 7	1565	13/07/2018

Autorização - Bons Ventos da Serra 2

A Autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da publicação da portaria.

Central Geradora Eólica	Portaria MME	Data de Publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	332	15/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 3	306	08/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 4	299	03/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 5	270	11/06/2014
Bons Ventos Cacimbas 7	291	25/06/2014

Capacidade Produtiva

A Companhia possui 5 (cinco) usinas geradoras de energia eólica, situadas nos municípios de Ubajara e Ibiapina, no Estado do Ceará, constituída de 41 (quarenta e um) unidades geradoras de 2,1 MW médios, totalizando a potência instalada de 86,1 MW médios.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Potência Instalada (MW)
Bons Ventos Cacimbas 2	Ubajara	11	23,1
Bons Ventos Cacimbas 3	Ubajara	7	14,7
Bons Ventos Cacimbas 4	Ibiapina	5	10,5
Bons Ventos Cacimbas 5	Ibiapina	10	21,0
Bons Ventos Cacimbas 7	Ubajara	8	16,8

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo no valor de R\$ 2.490 (R\$ 587 positivo em 31 de dezembro de 2023), prejuízos acumulados de R\$ 69.737 (R\$ 69.778 em 31 de dezembro de 2022) e fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R\$ 22.854 (R\$20.906 gerados em 31 de dezembro de 2023).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR)

A Companhia possui 175 (cento e setenta e cinco) contratos de venda de energia em ambiente regulado firmados com as distribuidoras participantes do 18º Leilão de Energia Proveniente de novos empreendimentos de Geração, promovido pela ANEEL e realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o edital nº 10/2013. Possuem prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade MW médio/ano	Preço R\$/MWh Dezembro/2013	Início da operação comercial	Final da operação comercial
Bons Ventos Cacimbas 2	9,3	124,63	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 3	6,0	124,34	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 4	4,3	123,32	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 5	9,2	124,13	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 7	6,5	125,20	Mai/2018	Dez/2037

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de janeiro, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2024 o preço médio praticado foi R\$220,23 (R\$211,08 em 31 de dezembro de 2023). Em 2025, o preço será atualizado para R\$ 231,50.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2025.

Após a sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.12** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7** - critérios para definição de vida útil do imobilizado;
- **Nota 9** - critérios para definição da taxa de desconto de arrendamento;
- **Nota 12** – Provisões para ressarcimentos reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; e,
- **Nota 13** – Provisões para desmobilização reconhecimento e mensuração da provisão: principais premissas sobre a magnitude das saídas de recursos;

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os itens que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios de curto prazo em que as obrigações são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado desde que a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e essa obrigação possa ser estimada com confiabilidade.

3.2 Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- (a) **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- (b) **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- (c) **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

3.3 Receita Operacional

A receita operacional advinda do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) (Ver Nota 1).

3.4 **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias.

Receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.5 **Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) com base no lucro presumido, conforme detalhado abaixo:

- Lucro presumido - Nesta sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita recebida as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.6 **Imobilizado**

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com as vidas úteis estimadas pela Companhia limitadas ao prazo de autorização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o ano de 2049 que é o prazo de autorização do Parque .

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos para processamentos de dados	5 anos
Moveis e utensílios	10 anos
Direito de uso de arrendamentos	19 anos
Parque eólico (*)	30,3 anos

- (*) O ativo do parque eólico é composto por torres, máquinas e equipamentos, subestação, linha de transmissão, aerogeradores, sobressalentes e obras civis, conforme descrito na nota 7.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja identificado alguma mudança relevante.

(iii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo atualizada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

3.7 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.8 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

O Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente

atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(ii) *Modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. O objetivo do modelo de negócios da entidade não é baseado nas intenções da administração com relação a um instrumento individual, e sim determinado em um nível mais alto de agregação. A avaliação precisa refletir o modo como uma entidade administra seus negócios ou negócio. Uma única entidade pode ter mais de um modelo de negócios para administrar seus instrumentos financeiros.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio líquido.

3.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

3.12 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um

montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto e ela é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado".

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos c/ movimento	139	-
Aplicações financeiras (i)	20.615	18.559
Total	20.754	18.559

- (i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações com liquidez diária e remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos são utilizados na manutenção das atividades da Companhia.

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota 22.

5 Depósitos vinculados

	2024	2023
Conta centralizadora (a)	3.511	1.789
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	6.197	6.147
Conta reserva de O&M (c)	1.882	1.698
Conta reserva da dívida Debêntures (d)	4.503	3.743
Conta reserva de pagamento de Debêntures (e)	9	8
	16.102	13.385

Refere-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento com o BNDES e Debêntures (ver nota 10), conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta centralizadora - conta corrente constituída, exclusivamente, para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no ativo circulante.
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para abril de 2034.
- (c) Conta reserva de O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o equivalente a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M (contrato de operação e manutenção dos aerogeradores). A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para abril de 2034.
- (d) Conta reserva serviço da dívida Debêntures - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de debêntures. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para junho de 2033.
- (e) Conta de pagamento de debêntures - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a $\frac{1}{6}$ (um sexto) da próxima prestação vincenda.

Esses recursos são mantidos em contas de aplicação financeira em renda fixa lastreados em títulos públicos, que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Contas a receber

	2024	2023
CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (a)	2.050	3.585
CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (b) - Provisão	5.878	5.323
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	75	1
	8.003	8.909

- (a) Corresponde as notas fiscais emitidas referente à venda de energia elétrica aos clientes da Companhia.
- (b) Refere-se a provisão de receita do mês de dezembro que será faturada no mês subsequente.

Não há títulos vencidos nem histórico de perdas com clientes, dessa forma, não há provisão para perdas constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7 Imobilizado

O ativo imobilizado pode ser apresentado da seguinte forma:

	Taxa anual média de depreciação a.a.	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Administração						
Máquinas e equipamentos		12	-	-	-	12
Equipamento para processamento dados		78	-	-	-	78
Móveis e utensílios		30	-	-	-	30
Subtotal administração		120	-	-	-	120
Parque eólico						
Acessos, obras e instalações		129.738	9	-	-	129.747
Torres anemométricas (**)		779	-	-	-	779
Máquinas e equipamentos		627	70	-	-	697
Subestação, bay e linha de transmissão		47.767	-	-	(7.437)	40.330
Aerogeradores		373.793	-	-	-	373.793
Peças de reposição WEG (****)		-	-	-	7.437	7.437
Sobressalentes		1936	27	-	-	1.963
Custos para desmobilização de ativos (*)		2.670	-	(1.244)	-	1.426
Direito de uso – arrendamentos (***)		8.989	337	-	-	9.326
Subtotal parque eólico		566.299	443	(1.244)	-	565.498
Imobilizado em operação		566.419	443	(1.244)	-	565.618
Depreciação						
Depreciação da administração	10 a 20%	(71)	(13)	-	-	(84)
Depreciação do parque eólico	2,86%	(90.129)	(16.439)	-	-	(106.568)
Amortização desmobilização	3,93%	(387)	(90)	-	-	(477)
Amortização direito de uso arrendamento	5,26%	(2.138)	(513)	-	-	(2.651)
Depreciação acumulada		(92.725)	(17.055)	-	-	(109.780)
Total do imobilizado		473.694	(16.612)	(1.244)	-	455.838

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

	Taxa anual média de depreciação a.a.	2022	Adições	Baixas	2023
Administração					
Máquinas e equipamentos		12	-	-	12
Equipamento para processamento dados		57	21	-	78
Móveis e utensílios		29	1	-	30
Subtotal administração		<u>98</u>	<u>22</u>	<u>-</u>	<u>120</u>
Parque eólico					
Acessos, obras e instalações		129.696	42	-	129.738
Torres anemométricas (***)		758	21	-	779
Máquinas e equipamentos		623	4	-	627
Subestação, bay e linha de transmissão		47.767	-	-	47.767
Aerogeradores		373.793	-	-	373.793
Sobressalentes		2001	493	(558)	1.936
Custos para desmobilização de ativos (*)		1.860	810	-	2.670
Direito de uso – arrendamentos (***)		8.544	447	(2)	8.989
Subtotal parque eólico		<u>565.042</u>	<u>1.817</u>	<u>(560)</u>	<u>566.299</u>
Imobilizado em operação		565.140	1.839	(560)	566.419
Depreciação					
Depreciação da administração	10 a 20%	(55)	(16)	-	(71)
Depreciação do parque eólico	3,30%	(72.098)	(18.031)	-	(90.129)
Amortização desmobilização	3,77%	(329)	(58)	-	(387)
Amortização direito de uso arrendamento	5,26%	(1.651)	(487)	-	(2.138)
Depreciação acumulada		<u>(74.133)</u>	<u>(18.592)</u>	<u>-</u>	<u>(92.725)</u>
Total do imobilizado		491.007	(16.753)	(560)	473.694

- (*) A Companhia possui obrigações de desmobilização de seus ativos em decorrência de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento dos terrenos onde o complexo eólico desenvolve suas atividades. A provisão foi reconhecida no início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Durante o exercício de 2024 a Companhia efetuou a revisão das premissas e efetuou a adequação da provisão. Os custos de desmobilização são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão amortizados pelo prazo da autorização (nota 1).
- (**) Trata-se de torres de medição de vento, as quais entram em funcionamento antes da entrada em operação do parque eólico.
- (***) A Companhia reconhece os contratos de arrendamento de terrenos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e os arrendamentos a pagar no passivo (nota explicativa nº 9), durante o exercício de 2024 esses saldos foram redimensionados e o efeito foi de R\$ 337.
- (****) Em 2024 a Companhia identificou que o valor de R\$7.437 estava alocado incorretamente no grupo de subestação, o que gerou depreciação acumulada de R\$ 1.427 até 2023. Como o montante se refere a sobressalentes do contrato com a WEG, que tem a responsabilidade de reposição as suas expensas, foi efetuada a reclassificação dos saldos para conta onde não ocorre depreciação. O resultado acumulado foi lançado no exercício de 2024.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2024, a administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização.

8 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Não há histórico de inadimplência no período.

	2024	2023
Fornecedores TUST	377	360
Weg Equipamentos Elétricos S.A.´	525	525
Outros fornecedores a pagar	203	158
	<u>1.105</u>	<u>1.043</u>
Circulante	1.105	1.043

9 Arrendamentos a pagar

Conforme descrito na nota 3.12, a Companhia possui contratos de arrendamento do terreno onde estão instalados os parques eólicos. O contrato é de 35 anos com opção de renovação do arrendamento após este período. A remuneração dos arrendadores corresponde a 1,5% da receita bruta faturada vinculada aos CCEAR´s que possui quantidades de venda de energia pré-determinadas, ou seja, as receitas anuais são fixas e são reajustados anualmente, conforme índice de reajuste do contrato de energia (Nota 1)

Para esse contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a depreciação dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 9,00% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Movimentação do ativo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.892
Remensuração	447
Despesa de depreciação do exercício	(487)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.852
Remensuração	337
Despesa de depreciação do exercício	(513)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.676

Movimentação do passivo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.762
Remensuração	447
Juros apropriados no resultado	677
Pagamentos	(957)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.929
Remensuração	337
Juros apropriados no resultado	703
Pagamentos	(1.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.964
Circulante	347
Não circulante	7.617

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	2024			2023		
	Juros	Principal	Líquido	Juros	Principal	Líquido
Até 1 ano	(674)	1021	347	(674)	980	306
De 1 a 2 anos	(643)	1021	378	(647)	980	333
De 2 a 3 anos	(609)	1021	412	(617)	980	363
De 3 a 4 anos	(572)	1021	449	(595)	980	385
De 4 a 5 anos	(532)	1021	489	(561)	980	419
Acima de 5 anos	(2.288)	8.177	5.889	(2.681)	8.804	6.123
Total	(5.318)	13.282	7.964	(5.775)	13.704	7.929

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

(i) Financiamento BNDES

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com a finalidade de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata do Complexo Bons Ventos da Serra 2 (Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7), no valor total de R\$ 225.540, divididos em 6 (seis) subcréditos (A,B, C, D, E, F) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

A Companhia, durante o exercício de 2018, promoveu aditamento do contrato de financiamento junto a BNDES, e cancelou o subcrédito “D”, reduzindo a linha de crédito total para R\$ 219.570.

Sobre o principal da dívida incidem juros à taxa de 2,02% + TJLP ao ano. O principal da dívida está sendo paga em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2024 o total de 80 prestações.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, como redução da dívida.

(ii) Debêntures

No dia 1º de abril de 2019, foi concluída a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da emissora, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. junto ao Banco ITAU BBA no valor de R\$ 56.500 com taxa de 6,50 % a.a. + IPCA. As debêntures possuem vencimento semestrais, iniciando em dezembro de 2019 até junho de 2033.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, como redução da dívida.

As garantias dos financiamentos são as usuais para um *Project Finance*, incluindo: Contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

Esse endividamento está apresentado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Indexador	Taxa média anual de juros	2024	2023
Empréstimos e financiamentos				
Finem (BNDES) (a)	URTJLP	2,02% a.a.	164.392	174.499
(-) Custos de captação			<u>(828)</u>	<u>(917)</u>
			163.564	173.582
Circulante			17.995	17.303
Não circulante			145.569	156.279
Debêntures				
Debêntures	IPCA	6,50% a.a.	59.104	64.987
(-) Custos de captação			<u>(2.674)</u>	<u>(2.989)</u>
			56.430	61.998
Circulante			9.440	8.787
Não circulante			46.990	53.211
Total empréstimos, financiamentos e debêntures			<u>219.994</u>	<u>235.580</u>

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>182.292</u>	<u>58.715</u>	<u>241.007</u>
Amortização de principal	(10.560)	(1.907)	(12.467)
Juros pagos	(13.821)	(2.022)	(15.843)
Custos de captação reconhecidos no resultado	88	315	403
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>15.583</u>	<u>6.897</u>	<u>22.480</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>173.582</u>	<u>61.998</u>	<u>235.580</u>
Amortização de principal	(11.490)	(6.855)	(18.345)
Juros pagos	(13.075)	(5.985)	(19.060)
Custos de captação reconhecidos no resultado	88	315	403
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>14.459</u>	<u>6.957</u>	<u>21.416</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>163.564</u>	<u>56.430</u>	<u>219.994</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante, por ano de vencimento, têm a seguinte composição:

	2024		2023	
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
2025	-	-	16.833	10.056
2026	17.557	9.810	16.833	10.542
2027	17.557	10.631	16.833	11.893
2028 a 2033	110.455	26.549	105.780	20.720
	145.569	46.990	156.279	53.211

a. Covenants

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures, ICSD (Índice de Cobertura de Serviço de Dívida) igual ou superior a 1,20. Adicionalmente para as Debêntures, a Companhia deverá manter a projeção do ICSD, durante toda a vigência das Debêntures, índice projetado equivalente a 1,20, no mínimo. A administração da Companhia efetua acompanhamento das cláusulas contratuais para que sejam atendidas.

Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas.

11 Imposto de renda e contribuição social a pagar e encargos tributários e trabalhistas

(i) Imposto de renda e contribuição social a pagar

	2024	2023
IRPJ a recolher	716	701
CSLL a recolher	321	325
	1.037	1.026

(ii) Encargos tributários e trabalhistas

	2024	2023
ISS a recolher	3	2
PIS a recolher	48	50
COFINS a recolher	223	230
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	161	136
Outros impostos a recolher	233	239
	668	657

12 Ressarcimento geração reduzida

A geração de energia dos parques eólicos foi inferior aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR no quadriênio compreendido entre

2018 e 2021, dessa forma, a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações contratuais, as quais deveriam ser liquidadas nos exercícios subsequentes de acordo com a apuração da CCEE.

Em 23 de dezembro de 2022 foi publicado um cronograma de processamento dos ressarcimentos das usinas eólicas e solares fotovoltaicas devido a energia não fornecida por *constrained-off*, porém esse cronograma não alcança o período de fechamento do quadriênio da Companhia. Dessa forma, a expectativa da Companhia é que os pagamentos sejam iniciados ao longo do exercício de 2026 e que ocorra um desembolso de aproximadamente R\$ 19,2 milhões. A Companhia mantém em seu balanço a provisão de ressarcimento apurado com base nos relatórios da CCEE.

O regramento aplicado para os contratos de CCEARs da BONS VENTOS DA SERRA 2 definem:

- Os desvios negativos, anuais, (abaixo da faixa de tolerância -10%) de geração serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes em cláusula do referido contrato apurado ao final do ano contratual, chamados de penalidades anuais.
- Os desvios negativos, anuais, que estiverem na faixa de tolerância (até 10%) de geração serão provisionados e poderão ser compensados com os resultados de superávit dos anos seguintes até o fechamento do quadriênio. Caso não seja recuperado os resultados provisionados até o fechamento do quadriênio deverão ser pagos em 12 parcelas mensais uniformes em cláusula do referido contrato apurado ao final do quadriênio, chamados de penalidades quadrienais.

De acordo com os contratos, a apuração das penalidades de energias inferiores as contratadas são valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças Médio (PLD) ou tarifa do contrato ajustada, das duas a maior.

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.436	2.875	10.311
Geração reduzida - Penalidade quadrienal	(15)	6.195	6.180
Transferência para o circulante (*)	(6.999)	6.999	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	422	16.069	16.491
Pagamento	(422)	-	(422)
Geração reduzida - Penalidade quadrienal	-	3.180	3180
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	19.249	19.249

(*) Em 2023 a transferência de R\$ 6.999 para o longo prazo se deve a prorrogação do início dos pagamentos referente quadriênio encerrado.

13 Provisões

(i) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2024 e 2023, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

Portanto, baseada nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração reconheceu que não existem processos com probabilidade de perda possível ou provável.

(ii) Provisão para desmobilização

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total de provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 2.108 (R\$ 3.352 em 31 de dezembro de 2023) registrada no passivo não circulante com a finalidade de mensurar o custo de desmobilização dos ativos para atender aos critérios dos contratos de arrendamentos e das licenças ambientais vigentes pela atividade explorada, o volume de material proveniente de desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2.

Para cálculo dos recursos necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem e horas/máquina para desmonte, corte e fracionamento de componentes, bem como limpeza da área do parque eólico, transporte e destinação do material gerado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou uma baixa de provisão no valor de R\$ 1.244, basicamente explicada pela atualização da taxa livre de risco.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$ 319.131, totalmente integralizado e representado por 285.851.394 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (285.851.394 ações em 31 de dezembro de 2023).

Conforme apresentado na Nota 1, a Nexus Investimentos, Participações e Locações e a Servtec Investimentos e Participações são as acionistas da Companhia, com participações no capital social de 69,62% e 30,38%, respectivamente.

b. Aumento e redução de capital

A assembleia geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto Social da Companhia e de seus contratos de financiamentos.

c. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou prejuízo, não constituindo, portanto, reservas de lucros. O lucro contábil de 2024 foi todo destinado a diminuir os prejuízos acumulados até o fim do exercício anterior.

d. Dividendo mínimo obrigatório

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

15 Receita líquida de vendas

	2024	2023
Receita de energia	67.200	59.758
PIS	(437)	(388)
COFINS	(2.016)	(1.793)
	<u>64.747</u>	<u>57.577</u>

	2024	2023
Receita de operações de energia elétrica em MWh		
Energia comercializada	<u>315.681</u>	<u>320.809</u>

16 Custos de geração de energia

	2024	2023
Depreciações e amortizações	(16.529)	(18.089)
Depreciação direito de uso arrendamentos	(513)	(487)
Encargos de uso do sistema de transmissão - TUST	(4.175)	(4.078)
Compra de energia	(797)	(747)
Custos com manutenção	(9.743)	(9.244)
Custos com pessoal	(1.212)	(1.028)
Custos regulatórios	(353)	(324)
Serviços de terceiros	(2.170)	(2.080)
Custos socioambientais	(561)	(501)
Custos com infraestrutura	(295)	(576)
Custos com seguros	(1.122)	(1.033)
Custos gerais	(553)	(386)
	<u>(38.023)</u>	<u>(38.573)</u>

17 Despesas gerais e administrativas por natureza

Despesas Gerais	2024	2023
------------------------	-------------	-------------

Despesas com pessoal	(800)	(379)
Serviços de terceiros	(780)	(723)
Despesas com viagens	(31)	(36)
Despesas tributárias	(19)	(18)
Depreciação e amortização	(16)	(44)
	<u>(1.646)</u>	<u>(1.200)</u>

18 Outras receitas

	2024	2023
Indenização de seguro	1.319	-
	<u>1.319</u>	<u>-</u>

Em 2024 a companhia teve custos com um sinistro e foi indenizada pela seguradora devido a cobertura de lucros cessantes acumulados.

19 Resultado Financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras (*)	3.319	2.695
Outras receitas financeiras	-	7
Total	<u>3.319</u>	<u>2.702</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(21.416)	(22.480)
Custos com captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(403)	(403)
Despesas financeiras com arrendamentos	(703)	(677)
Fianças bancárias	(3.305)	(3.200)
Despesas bancárias	(86)	(60)
Outras despesas financeiras	(21)	(21)
Total	<u>(25.934)</u>	<u>(26.841)</u>
Resultado financeiro	<u>(22.615)</u>	<u>(24.139)</u>

(*) Compreende os rendimentos de aplicações financeiras em caixas e equivalentes de caixa de R\$ 1.805 (R\$ 1.033 em 31 de dezembro de 2023) e rendimento de aplicações em depósitos vinculados de R\$ 1.514 (R\$ 1.662 em 31 de dezembro de 2023).

20 Imposto de renda e contribuição social

Corrente

Em 31 de dezembro de 2024, o imposto de renda e a contribuição social corrente totalizam o montante de R\$ 3.741 (R\$ 2.721 em 31 de dezembro de 2023), conforme evidenciado no quadro abaixo:

	2024	2023
Receita de operações com energia elétrica	67.200	59.758
Receitas financeiras e outras	4.987	2.660
Receitas tributáveis	72.187	62.418
Imposto de Renda Corrente		
<hr/>		
Base presumida sobre receita de operações com energia elétrica (8%)	5.376	4.781
Base Presumida sobre receitas financeiras e outras (100%)	4.987	2.660
Lucro presumido tributável para Imposto de Renda	10.363	7.441
Imposto de Renda (15%)	(1.554)	(1.116)
Adicional Imposto de Renda (10%)	(1.012)	(720)
Despesa de imposto de renda corrente	(2.566)	(1.836)
Contribuição Social corrente		
<hr/>		
Base presumida sobre receita de operações com energia elétrica (12%)	8.064	7.171
Base Presumida sobre receitas financeiras e outras (100%)	4.987	2.660
Lucro presumido tributável para contribuição social	13.051	9.831
Despesa de imposto de renda corrente	(1.175)	(885)
Total da despesa com imposto de renda e contribuição social	(3.741)	(2.721)

21 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os honorários dos administradores foram apropriados ao resultado, na conta “despesas gerais e administrativas”, no montante total de R\$ 624 (R\$ 232 em 2023), e na conta de “custo de geração de energia”, no montante total de R\$

636 (R\$ 455 em 2023). A remuneração inclui salários, encargos e eventuais bonificações anuais por atingimento das metas.

22 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2024	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Valor justo Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	20.754	-	-	20.754
Depósitos vinculados	16.102	-	-	16.102
Contas a receber de clientes	-	8.003	-	-
Fornecedores	-	-	1.105	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	219.994	-
Arredamentos a pagar	-	-	7.964	-
Em 31 de dezembro de 2023	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Valor justo Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	18.559	-	-	18.559
Depósitos vinculados	13.787	-	-	13.787
Contas a receber de clientes	-	8.909	-	-
Fornecedores	-	-	1.043	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	235.580	-
Arredamentos a pagar	-	-	7.929	-

- **Valor justo (Nível 2)** - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo *inputs* significativos não observáveis.

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

- Risco de juros; e,
- Risco operacional.

Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de caixas e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e contas a receber de clientes. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes e outras contas a receber, conforme detalhado a seguir:

(i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira. O Contas a receber tem risco considerado baixo, considerando as características do contrato de energia firmado. (vide Nota 1)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem R\$ 20.754 (Em 31 de dezembro de 2023, R\$ 18.559) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o saldo de R\$ 16.102 (Em 31 de dezembro de 2023, R\$ 13.385) em depósitos vinculado a contratos de financiamento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

2024	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	27.435	27.367	137.757
Arrendamentos a pagar	347	378	7.239
Fornecedores	1.105	-	-
2023	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26.090	-	209.490
Arrendamentos a pagar	305	333	7.290
Fornecedores	1.043	-	-

Risco de juros

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras, fundos de investimentos e empréstimos e financiamentos sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2025 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 31 de dezembro de 2024) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2025. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2024.

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Saldo		Cenário	Cenário	Cenário
	2024	Risco	Provável	(+25%)	(+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	20.754	Variação do CDI	23.011	23.637	24.263
Efeito no resultado			-	2.883	3.509
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	16.102	Rendimentos em FI	17.853	18.339	18.824
Efeito no resultado			-	2.237	2.722
Saldo de empréstimos e financiamentos	163.564	TJLP	175.717	178.981	182.245
Efeito no resultado			-	15.417	18.681
Saldo de debêntures	56.430	IPCA	59.156	59.870	60.584
Efeito no resultado			-	3.440	4.154

23 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa. Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, podem ser assim sumarizados:

	2024	2023
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	219.994	235.580
Caixa e equivalentes de caixa	(20.754)	(18.559)
Depósitos vinculados	(16.102)	(13.385)
Dívida líquida	183.138	203.636
Total do patrimônio líquido	249.394	249.353
Índice de alavancagem em 31 de dezembro de 2024	0,73	0,82

24 Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos operacionais e responsabilidade civil no montante de R\$ 542.777 (R\$ 653.000 em 31 de dezembro de 2023) os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

As coberturas garantidas pelos presentes seguros incluem, por exemplo, lucros cessantes, danos materiais de bens de terceiros em poder do segurado; bens do segurado em poder de terceiros; danos elétricos; quebra de máquinas; despesas de combate a incêndio; despesas de salvamento e contenção de sinistro; entre outros danos materiais.

25 Eventos Subsequentes

A Companhia não teve nenhum evento subsequente até a data da emissão do relatório de auditoria.

Marcelo Fabiano da Silva
Diretor Financeiro

Paulo Régis
Diretor Técnico

Leandro Rodrigues
Contador CRC-SC 030791/O-1

* * *